

## Nacionalismos portugueses: cultura e política no século XX

Ernesto Castro Leal



Desenho de Jorge Barradas (1894-1971),  
*O Século Cómico*, de 10-II-1919 [quotidiano lisboeta].

O nacionalismo português contemporâneo reactualizou-se entre os inícios dos anos 90 do século XIX («Ultimato» inglês de 1890) e os finais dos anos 30 do século XX (Comemorações do Duplo Centenário de 1940), configurando um multifacetado campo ideológico, cultural e político, onde ocorreram controvérsias sobre as idealizações utópicas do regime político (monarquia,

república, ditadura nacional), do sistema político (tradicionalismo, parlamentarismo, presidencialismo), das relações entre o Estado e a Igreja Católica (regalismo, ultramontanismo, separatismo, concordatismo), ou ainda sobre a leitura interpretativa da história nacional com incidência nas representações da identidade nacional e da memória da nação (providencialismo divino, cientismo laico, historicismo crítico).

As respostas ideológicas e culturais às circunstâncias geopolíticas do «Ultimato» inglês, da Primeira Grande Guerra e da Guerra Civil de Espanha propiciaram a reconfiguração doutrinária e organizativa dos vários nacionalismos lusos, favorecendo a solidificação de uma mentalidade política de nação imperial, de Estado forte e de sociedade orgânica, muito crítica dos liberalismos oligárquicos de matriz monárquica ou de matriz republicana. Essa nova mundividência foi sujeita a diversos processos de mitificação política e cultural, que percorreriam os vários nacionalismos – monárquicos e republicanos, católicos e laicos – nesse arco temporal, vindo a ganhar um lugar central na ritualização simbólica e política do regime do Estado Novo <sup>1</sup>.

## 1

### Nacionalismo, identidade nacional e memória da nação

Apesar das divergências em torno da categorização do *mito da Nação*, do *mito do Estado* e do *mito do Império*, praticando-se por vezes o recurso sedicioso do pronunciamento, das incursões, do golpe de Estado ou da revolução, os vários nacionalismos dispuseram de um generalizado imaginário político de nação histórica imperial (na verdade, o que existiu foi um sucessão de «impérios»), com o debate a incidir nesta questão sobre a opção preferencial pelo sistema administrativo colonial (sujeição, assimilação ou autonomia), e de um comum reconhecimento simbólico institucional em torno do escudo de armas, presente quer na bandeira monárquica quer na bandeira republicana <sup>2</sup>.

A pluralidade de formulações doutrinárias e de modalidades organizativas nacionalistas manifestou-se com vigor durante o regime político da República.

Esse vasto campo do nacionalismo foi fracturado pelo importante debate entre liberalismo e antiliberalismo, não impedindo contudo o desenvolvimento de processos de convergência ideológico-culturais e ético-políticos, com bastante relevância após 1915, o que propiciou a construção de espaços cívicos de reflexão teórica e de mobilização pública, como conferências, congressos, campanhas cívicas, revistas ou ligas.

O debate promovido entre os seus protagonistas permitiu a identificação de um conjunto de tópicos essenciais para um *programa nacionalista de síntese*, em grande parte recolhido e divulgado nos nacionalismos cívicos e políticos da Liga Nacional (1915-1918), da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (em particular, de 1918 a 1926) e do Centro Católico Português (em particular, de 1919 e 1926), convergindo no ideário nacionalista sincrético do Estado Novo, bem expresso no lema «Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho», que Oliveira Salazar enunciou no discurso «As Grandes Certezas da Revolução Nacional», proferido em Braga, no dia 26 de Maio de 1936.

Não obstante a controvérsia ideológica sobre o lugar da prioridade a atribuir ao *primado da moral*, ao *primado do religioso* ou ao *primado do político*, gerou-se, no primeiro pós-guerra, com significativa audiência, uma área consensual de opinião, entre destacados elementos das elites nacionalistas (incluindo republicanos moderados), à volta de algumas ideias essenciais: moral cristã, ética da responsabilidade, patriotismo cívico, Estado unitário, nação imperial, regime republicano presidencialista, governo com forte componente de técnicos (o propalado «ministério nacional das competências»), regime de separação leal entre o Estado e as Igrejas (com crescente audiência do concordatismo de separação jurídica com a Igreja Católica), corporativismo (representação institucional de corpos sociais intermédios) e formulação de um projecto de desenvolvimento económico-social com intervenção estadual. Deste modo se questionava a metodologia política e a prática ideológica do demoliberalismo republicano vigente.

Alguns *nacionalismos de acção política* promoveram retóricas sobre o «homem providencial», que nos resgataria da decadência provocada por sucessivos naufrágios, favorecendo deslumbramentos de *messianismo político* e de *redentorismo social*. Pode surpreender-se narrativas legitimadoras em torno de modelos considerados exemplares, como as que heroicizaram Joaquim

Mouzinho de Albuquerque (e os «endireitas»), João Franco, Henrique de Paiva Couceiro, Afonso Costa, João de Almeida (o «herói dos Dembos»), Sidónio Pais, Francisco da Cunha Leal, Filomeno da Câmara, Manuel Gomes da Costa ou António de Oliveira Salazar.

Evocava-se frequentemente um novo Nun'Álvares ou um novo D. Sebastião, manifestando-se assim o *mito do salvador* (chefe-Estado), tendo acoplado o *mito da unidade* (sociedade-nação), particularmente evidente nos momentos de desregulação do sistema político e de crise económico-financeira. A crítica do messianismo político de matriz republicana tinha sido feita por Basílio Teles em 1907 no jornal portuense *A Voz Pública*, quando outro messianismo político, este de matriz monárquica, se desenvolvia em torno de João Franco. No entanto, a *ideia de ditadura*, essencialmente transitória, concebida apenas por Basílio Teles como «acumulação dos poderes executivo e legislativo numa única entidade, parlamento ou gabinete»<sup>3</sup>, foi ganhando nas várias áreas ideológicas uma significativa projecção, que se expandiu entre 1918 e 1926.

Em 1918 surgiram no interior do campo nacionalista católico fortes avisos à tentação messiânica da República Nova de Sidónio Pais, numa altura em que se esboçava a construção de uma frente de convergência nacionalista, para uma nova síntese político-ideológica de matriz republicana presidencialista. Sidónio desenvolvia pelo País uma liderança carismática e populista, eivada do «messianismo» que seduzia alguns homens públicos, como diagnosticou António Egas Moniz<sup>4</sup>, e a advertência crítica, dentro das suas redes sócio-políticas de apoio, estava claramente estampada num artigo publicado na revista bracarense *Ilustração Católica*: «Um dos grandes males da nossa terra é o *messianismo*. Os portugueses confiam demasiado no esforço alheio e nada esperam do esforço próprio. [...] esperam sempre o salvador [...]. São restos de sebastianismo corroendo ainda toda a energia duma raça, é ainda o pitoresco Bandarra cantando a uma nação inteira as loas perigosas duma passividade fatal [...]. Esperamos, esperamos sempre, a revelação do homem messiânico, que nos venha amarrar ao atoleiro [...]»<sup>5</sup>.

Durante as cerimónias em honra dos *Soldados Desconhecidos*, a 7 de Abril de 1921, o Presidente da República, António José de Almeida, após declarar ter sido «sempre contra o messianismo político» e ter «em mínima conta as

faculdades sobrenaturais dos grandes condutores de homens», não deixou também de promover a necessidade de um messianismo social como guia, «um messianismo triunfal e sadio, partindo da alma da Nação, intrinsecamente, fisiologicamente popular, inculcando fé, dando esperança, [...] cheio de complacência e de bravura, de heroísmo e de perdão [...]»<sup>6</sup>. Esta atitude inscrevia-se no arquétipo prometaico (redentorista social) do humanismo republicano em busca do ideal do «homem novo», o qual incorporou a ritualização positivista sociolátrica aos «grandes homens», como prova a republicanização de Camões a partir do tricentenário de 1880, o novo calendário de feriados civis da República, a panóplia discursiva sobre a Primeira Grande Guerra ou a liturgia cívica e laicista ao Soldado Desconhecido, que será recatolizada após a revolução de 28 de Maio de 1926<sup>7</sup>.

O republicano José Osório de Oliveira encontrava, em 1922, a explicação comum para esses diferentes tipos de messianismo na «face elegíaca da nossa alma», que contrapunha à «face trágica» da alma espanhola, messianismos que produziam messias, alguns divinizados misticamente<sup>8</sup>, por alguns devotos, como aconteceria com Sidónio Pais<sup>9</sup> e Oliveira Salazar<sup>10</sup>. Por sua vez, na sessão parlamentar de 9 de Janeiro de 1924, o deputado António Lino Neto, notabilidade destacada do Centro Católico Português, seguindo a visão crítica que a Igreja Católica tinha do messianismo político – admitindo somente o messianismo divino –, expunha a recusa frontal às revoluções, às ditaduras e à espera do messias, pois o «Messias, o Encoberto, o Salvador, está dentro de cada um de nós [...]»<sup>11</sup>. No ano seguinte, o jornal «oficial» católico *Novidades*, em editorial, continuava a alertar a elite e o povo católico para o perigo messiânico civil-militar: «[...] enquanto toda a gente nesta hora confia no *encoberto*, nós cada vez esperamos menos em *messias*. A salvação do país ou se fará pela união, organização e cooperação dos valores morais (não dizemos dos conservadores) que ainda existem em todos os campos, ou não haverá remédio senão nos caminhos que a Providência conhece e às vezes levam os povos pelas catástrofes para a ressurreição. Estes, porém, só a Deus pertencem»<sup>12</sup>.

Contudo, na área do monarquismo integralista manuelista, João Ameal, importante publicista do nacionalismo revolucionário da Acção Realista Portuguesa, que era fortemente influenciado pela doutrina maurrasiana da *Action*

*Française*, sentiu a necessidade de distinguir em 1926 dois tipos de messianismo, para fazer a justificação de um deles como referente simbólico de mobilização política contra a República: por um lado, existia o messianismo «pessimista», espelhado por Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, ou por Ramalho Ortigão, nas *Últimas farpas*, dois «lúcidos mestres nacionalistas» mas cuja visão passiva e triste do passado «se não concilia com a sua moderna refluorescência»; por outro lado, construía-se um messianismo «de energias ardentes», propalado por António Sardinha, na *Aliança Peninsular*, por Carlos Malheiro Dias, na *Exortação à Mocidade*, por Antero de Figueiredo, no *D. Sebastião*, ou por Martinho Nobre de Melo, em *Para Além da Revolução*<sup>13</sup>.

O êxito português da travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922, foi mais um momento propiciador de representações apoteóticas nacionalistas, evocando-se um regresso mítico à «idade de ouro» quinhentista. Esta exorbitação da glória presente, protagonizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pretendeu criar uma nova disposição no escol dirigente para superar o diagnóstico coevo de profunda crise nacional. O sucesso da aeronáutica portuguesa adquiriu uma dimensão nacional, mas propiciou leituras fortemente triunfalistas produzidas nas áreas ideológicas nacionalista críticas do regime republicano vigente. Uma pequena amostra de alguns títulos de artigos, publicados em jornais afectos a essas áreas, mostra bem o ambiente mental vivido: «O Ressurgimento da Raça», «Viva Portugal!», «Glória a Portugal!», «Horas de Glória», «A Alma da Pátria», «Ao Clarão da Epopeia», «Venceram Guiados pela Cruz», «Por Mares e Ares Nunca Dantes Navegados». Está presente, quase sempre, nessas narrativas, o objectivo de articular a prioridade marítima com a prioridade aérea, hiperbolizando assim ainda mais esse feito, como se mostra neste excerto do texto «Salvé Portugal», publicado em *A Vanguarda*, de Pedro Muralha: «Como há 400 anos, Portugal dita ao mundo uma página épica da sua História. A alma da Raça vibra de entusiasmo ao ter conhecimento do triunfo da jornada heróica dos intrépidos aviadores [...]. A hora presente é de ressurgimento nacional.»<sup>14</sup>.

Os mundos nacionalistas incorporam também os *nacionalismos de investigação e crítica cultural e espiritual*, nem sempre relacionados com uma programação nacionalista de acção política – exemplos dessa íntima conexão foram os periódicos católicos *Imparcial* (1912-1919) e *Estudos* (1922-1934) e

a revista monárquica integralista *Nação Portuguesa* (1914-1938) –, que se manifestaram em artigos publicados em revistas como a *Revista Lusitana* (1887--1943), *O Arqueólogo Português* (1890-1931), *Portugália* (1899-1908), *Arquivo Histórico Português* (1903-21), *A Águia* (1910-1932), *Revista de História* (1912-1928), *Arqueologia e História* (1922-1932) ou *Lusitânia* (1924-1927). Exprimiram respostas diversas à vulgata do cientismo positivista-naturalista e do racionalismo dogmático, mas a preocupação comum dirigia-se à construção do conhecimento histórico sobre o homem situado e confrontado, o que funcionou como poderosa advertência aos dogmas do determinismo biológico<sup>15</sup>. O seu aprofundamento crítico desenvolveu-se particularmente após a Primeira Grande Guerra, enriquecendo o pensamento filosófico, teológico, histórico e jurídico divulgado em Portugal<sup>16</sup>.

Esta atitude mental encontra-se, por exemplo, numa circular de 1911, assinada por Cristóvão Aires, David Lopes, José Leite de Vasconcelos e Fidelino de Figueiredo, para a fundação da Sociedade Nacional de História, depois Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, da qual Fidelino será secretário: «À ideia, melhor, ao sentimento de insensato cosmopolitismo, que, durante o século XVIII, inquinara a vida dos povos, veio suceder o sentimento nacional e o reconhecimento do modo de ser moral e social característico de cada povo, devendo-se, pois, na política e na administração, construir não sobre bases ideais, mas sobre reais e específicas condições nacionais. Seria redundância escusada encarecer [...] a parte gloriosa que teve a história nesse trabalho inovador»<sup>17</sup>. Os autores filiavam explicitamente o seu movimento de renovação na esteira da Sociedade Histórica Alemã, criada em 1819, e da coeva Sociedade Histórica Romena, mostrando a íntima conexão cultural entre a historiografia e o nacionalismo.

O propósito de activar os estudos históricos e de reformar o seu ensino era a trave-mestra dessa sociedade científica, que definiu a urgência de um programa nacional de salvaguarda documental (literária e artística) e de elaboração da memória histórica, que passava pela reorganização dos arquivos e pela constituição de uma rede distrital de correspondentes, conforme o manifesto de 1912, emitido pelo conselho de direcção da mencionada Sociedade. A este projecto, para além dos quatro elementos já referidos, adeririam, entre outros, Anselmo Braamcamp Freire, António Baião, António Sérgio, António Aurélio da Costa Ferreira, António Costa Lobo, Damião Peres, Francisco da

Silva Teles (presidente da Sociedade), Fortunato de Almeida, Gustavo Cordeiro Ramos, João Lúcio de Azevedo, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo (relator do projecto e manifesto), Manuel Vieira Natividade, Abade do Baçal, Sampaio Bruno, Joaquim Mendes dos Remédios e Eugénio de Castro.

Apesar de serem divergentes, nalguns casos, os itinerários políticos e as matrizes espirituais, essas notabilidades apontaram uma área de convergência cívica e cultural que não pode ser ignorada, e algumas delas insistiam em demonstrar a capacidade realizadora portuguesa, nos seus sucessos e derrotas, que se tinha manifestado ao longo da história nacional, ao arrepio das leituras pessimistas ou triunfalistas vulgares<sup>18</sup>. A justificação epistemológica do novo programa histórico a desenvolver foi dada por Fidelino de Figueiredo, intelectual influenciado pelos ideários historiográficos da *Revue de Synthèse Historique*, de Henri Berr, e da revista *La Critica*, de Benedetto Croce, bem patente na sua obra *O Espírito Histórico*, publicada em 1910 (3.ª edição em 1920). No essencial, defendia que a construção crítica dos documentos se entrelaçava com a lógica interpretativa dos factos históricos, assente nos princípios da causalidade e do valor, o que separava a *praxis* do historiador da do cientista da natureza.

Ao longo dos anos 20, a mais importante polarização ideológico-cultural fez-se em torno da revista monárquica integralista *Nação Portuguesa*<sup>19</sup> e da revista republicana socializante *Seara Nova*<sup>20</sup>, evidenciando um aguerrido polemismo dos dois lados – do primeiro, António Sardinha ou Alfredo Pimenta, do segundo, António Sérgio ou Raul Proença –, mas havia a percepção da necessidade de um campo comum na crítica política e na crítica cultural ao vigente demoliberalismo republicano. As revistas *Homens Livres*, «Livres da Finança & dos Partidos», em 1923, ou *Lusitânia*, «revista de estudos portugueses», a partir de 1924, foram alguns desses espaços de encontro e controvérsia. António Sardinha disse teve consciência e numa carta de Janeiro de 1923 enviada a Raul Proença afirmou: «Como homens de inteligência e de boa vontade, precisamos de dar o exemplo nesta sociedade dividida por ódios ignaros e ignóbeis [...]»<sup>21</sup>. Da mesma forma, Hipólito Raposo escrevia a Proença em Setembro de 1929: «Afim, os doutrinários de um ou de outro extremo, parecem-se bastante e, quanto menos, na mágoa que se alonga da realidade ao sonho, o que não é pouco [...]»<sup>22</sup>.

Sendo Portugal, no primeiro quartel do século XX, um Estado-nação perfeitamente consolidado, sem problemas de unidade política, territorial, étnica, linguística ou religiosa, não admira que a pendência ideológica entre os diversos nacionalismos se fizesse ao redor do modelo de organização política do Estado, do relacionamento entre o poder civil e o poder religioso, dos processos de construção da memória histórica ou das formas de representação da identidade nacional. Generalizou-se, porém, uma forte visão política e social organicista, com o primado dos grupos sobre os indivíduos, vinda do positivismo sociológico comteano (Léon Duguit) e do institucionalismo neotomista (Maurice Hauriou), que, apesar de recepções políticas contraditórias, punha em causa nessa época o liberalismo, o individualismo, o contratualismo, o Estado arbitral e a livre economia de mercado<sup>23</sup>.

## 2

### O nacionalismo entre práticas e representações

Numa das suas reflexões sobre filosofia política, Fernando Pessoa afirmava que o nacionalismo e o liberalismo «em nada se opõem, em nada se podem opor, um ao outro», visto que «o primeiro gira em torno do conceito de Nação – não, note-se bem, de Estado; o segundo gira em torno do conceito de indivíduo – não, note-se bem, de cidadão», concluindo que o nacionalismo tanto pode ser liberal ou antiliberal e o liberalismo nacionalista ou antinacionalista<sup>24</sup>. Parece pertinente esta advertência mas deve referir-se que, em Portugal, a um tempo forte de práticas de nacionalismo liberal e republicano (aproximadamente, entre 1860 e 1890), seguir-se-ia um tempo cada vez mais forte de práticas de nacionalismo antiliberal e antirepublicano (aproximadamente, entre 1890 e 1930, com agravamento desde 1914), correspondendo à crise do liberalismo e ao alvorecer do autoritarismo.

No período após-1914, manifestou-se uma variedade de representações ideológico-políticas nacionalistas, críticas do demoliberalismo republicano e do revolucionarismo republicano, umas com maior impacto, outras com

menor impacto, no debate público, na audiência geracional e na durabilidade das formas organizativas. No primeiro caso, saliente-se o nacionalismo católico (Centro Católico Português), o nacionalismo monárquico integralista (Integralismo Lusitano e Acção Realista Portuguesa) e o nacionalismo sincrético (Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira), sintetizando este muito do travejamento doutrinário que será o do Estado Novo; no segundo caso, algo residual, o nacionalismo monárquico miguelista (Partido Legitimista), o nacionalismo republicano presidencialista (Partido Nacional Republicano, no Sidonismo, e grupos neosidonistas como o Partido Nacional Republicano Presidencialista) e o nacionalismo republicano fascista (Centro do Nacionalismo Lusitano). A proposta do Partido Republicano Nacionalista, inserida no sistema político republicano, anunciava uma variante conservadora do nacionalismo liberal, mas no seu manifesto de 1923 justificava-se sumariamente a característica de nacionalista, pelo «alto interesse nacional» e «respeito pelas tradições nacionais».

O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, João Tello de Magalhães Colaço, ao reflectir sobre as «ilusões» da vida pública portuguesa a partir de 1910, formalizou, em 1925, uma análise essencial sobre as atitudes dominantes nas principais áreas políticas em confronto: considerou que, em face da «*ilusão sobre os poderes das leis*» dos republicanos demoliberais, os vários sectores críticos tinham passado da «*ilusão sobre os governos técnicos*» (1921-1924) para a «*ilusão sobre as ditaduras*» (1925-1926), quando o fundamental seria, antes de tudo, fomentar a mentalidade e a capacidade administrativa de « *direcção suprema do Estado*», aspecto de doutrinação prática que Magalhães Colaço considerava ser anterior ao da opção pelo melhor sistema de governo<sup>25</sup>.

Finda a Primeira Grande Guerra as potências europeias perderam a favor dos Estados Unidos da América a hegemonia mundial e este declínio europeu traduzir-se-á em graves tensões no interior dos seus Estados-nações. Uma *ideia de ressurgimento nacional* amadureceu, ligada essencialmente a movimentos políticos nacionalistas que defendiam o autoritarismo, revendo o modelo político e a visão social do liberalismo oitocentista. Em Portugal e na Espanha, seguindo com as especificidades nacionais o exemplo ditatorial italiano de Benito Mussolini, a resposta consubstanciou-se num *autoritarismo de Estado*, mais administrativo e pragmático do que mobilizador das energias

pulsionais. No campo da propaganda em Portugal dos autoritarismos europeus emergentes, destacou-se o jovem modernista António Ferro, que, como repórter de *O Século* e depois do *Diário de Notícias*, publicou um vasto acervo de reportagens e entrevistas, feitas em Itália, em Espanha, na Turquia, reunidas no livro *Viagem à volta das Ditaduras*, saído em 1927 e dedicado sintomaticamente «À Saudade e à Esperança do Encoberto»<sup>26</sup>.

A crise do liberalismo no centro e sul da Europa e o triunfo da revolução russa alimentarão a forte deriva do autoritarismo entre as duas Grandes Guerras, acompanhando Portugal essa vaga, sendo de assinalar as grandes feridas alastradas pela sua participação na Guerra de 1914-1918: permanente instabilidade política, insistentes conflitos sociais, crise dos abastecimentos, grave depressão económica, elevado défices orçamentais. A «República-regime» afundar-se-ia, apesar de alguma retoma em 1924-1925, no mar agitado das suas contradições, incapaz de renovar a confiança nos Portugueses e de definir uma nova linha de rumo para a nação, revelando a agonia do Estado liberal republicano como característica fundamental uma *crise de legitimidade*. As regras do jogo político republicano obtinham cada vez menos consenso social, o que conduziu a práticas políticas de ditadura oligárquica por parte do partido dominante, o Partido Republicano Português (vulgarmente conhecido como «Partido Democrático»)<sup>27</sup>, à criação de um ambiente de «psicose revolucionária» que adquiriu na noite de 19 de Outubro de 1921 um «delírio trágico»<sup>28</sup>, e a cada vez mais frequentes movimentos militares revolucionários<sup>29</sup>.

O rompimento do consenso dá-se quando uma significativa área da população adere a sistemas de valores opostos ao sistema de valores oficialmente estabelecidos, o que anuncia o confronto entre diversas ideologias de legitimação<sup>30</sup>. Na verdade, é nessas situações que se prepara o terreno do amadurecimento de soluções autoritárias, quer seja para a manutenção do poder político, quer seja para uma mudança política. O que conduziu, realmente, a esse processo de crise? A crise financeira, como dado estrutural da nossa condição, ocupa um lugar de destaque; mas há que conjugá-la com a desordem pública, a rejeição generalizada de alguns vultos cimeiros da política portuguesa, a agonia das colónias africanas, tudo contribuindo para o bloqueamento dos mecanismos institucionais da vida política.

A temática essencial desses nacionalismos indica a necessidade de construção de um novo *sistema ideológico de justificação*, operando uma mudança de legitimidades e de identidades. Contudo, este processo não é linear e na frágil sociedade portuguesa está envolvido de vários «compromissos» político-sociais e ideológico-culturais, desenhando-se uma vontade de transição política sem sobressaltos radicais que desestruturassem fortemente as hierarquias dos corpos sociais existentes. Daí o *apelo subversivo ao Exército*, a tradicional «força material de protecção», e a mobilização político-espiritual da Igreja Católica, secundarizando-se a criação de um partido como agente político mobilizador de um movimento de massas para a tomada do Poder.

Na Força Armada convergira, de facto, o amplo movimento de opinião pública nacionalista que, no imediato, exigiu uma ditadura militar transitória e a resolução dos problemas financeiros, condições prévias do delineamento de uma nova proposta de reformulação do Estado e de um novo projecto de desenvolvimento económico. Já em 1919, o republicano conservador portuense Basílio Teles, numa reflexão sobre a função política da instituição militar, em momentos de crise, tinha advertido ser «preferível obedecer a homens para quem a pátria, a lei e a ordem não são, *não devem ser apenas palavras vãs*» [referência aos militares], do que «a profissionais da ignorância e da retórica, insusceptíveis de raciocinar jamais com acerto» [referência aos políticos vulgares]<sup>31</sup>.

O historiador francês Raoul Girardet, evocando o impacto da crise institucional na profundidade dos indivíduos e dos grupos, refere que, na passagem dum estado de certeza para um estado de dúvida e de angústia, toda a crise de legitimação latente manifesta-se com evidência. Estas crises de legitimidade articulam-se, por sua vez, com crises culturais, sociais e políticas, donde emergem discursos de ressurgimento nacional, que podem ser organizados em quatro conjuntos político-mitológicos: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade<sup>32</sup>. Nos anos 20 portugueses, o *apelo ao salvador* foi a constelação mitológica predominante no pensamento nacionalista e os tópicos discursivos insistentes sobre a decadência do presente, a restauração da ordem e das hierarquias, a chefia militar, a autoridade moral ou o passado histórico de glória apontavam para a produção das imagens de luz, de verticalidade e de combate associadas ao tema do herói salvador.

O recurso ao *modelo de heroísmo e santidade* de D. Nuno Álvares Pereira, que foi sujeito embora a várias leituras, ajudou a fundamentar a liturgia política ao chefe redentorista. A par do culto religioso ao santo (6 de Novembro, dia do Beato Nuno de Santa Maria), impôs-se um culto patriótico ao condestável (14 de Agosto, «Festa da Pátria», dia da batalha de Aljubarrota), declarado feriado oficial da República entre 1920 e 1928, mas não confirmado em 1929. A aprovação oficial em 1925 do feriado de 10 de Junho («Festa de Portugal», associada a Camões) retiraria viabilidade ao feriado de 14 de Agosto, o que não impediu anualmente a continuação das festas civis e religiosas.

Por outro lado, as celebrações oficiais da «Festa da Pátria», entre 1920 e 1926, contribuíram para uma articulação institucional entre a Presidência da República, o Governo, a Igreja Católica, as Forças Armadas e o Município de Lisboa, durante um período da vida portuguesa que foi fortemente marcado pelo confronto ideológico, pelo conflito político e pela sedição militar, permitindo o enraizamento em áreas da elite nacionalista, que serão importantes segmentos da elite do Estado Novo, de uma imagem do Poder (partilhado e negociado) como «Estado de Ordens»<sup>33</sup>.

O mundo político nacionalista luso nessa época divulgou uma *imagem de «Portugal-império»* e viveu em situação messiânica, moldada pela criatividade ideológica, pela concorrência de chefias, pela construção de poderes simbólicos, pela pouca fixação das ideias, pela emotividade e paixão ou pela vertigem do movimento e da agitação, onde as vanguardas culturais seduzidas pelo modernismo e futurismo também se exibiram com revistas, panfletos, conferências ou comícios. Fervilharam propostas, realinharam-se pessoas, estabeleceram-se novas sociabilidades e experimentaram-se agrupamentos, numa grande polifonia política, cujos sons fizeram estremecer a frágil República parlamentarista. Contudo, no período da vida política portuguesa, cronologicamente mediado pelas revoluções de 5 de Outubro de 1910 e de 28 de Maio de 1926, foi-se construindo um *paradigma nacionalista conservador e autoritário*, caracterizado pelo *sincretismo de elites* nacionalistas e pelo *hibridismo de ideias* nacionalistas, donde resultaria a consensualização da mentalidade pragmática face ao utopismo ideológico e a hegemonização da ideia política autoritária perante a ideia política totalitária<sup>34</sup>.

O Estado Novo recolherá *organicamente* e aplicará *pragmaticamente* uma síntese política, ideológica e cultural dos vários mundos do nacionalismo português, que, ao longo dos anos 20, se foi constituindo em mitologia política através da propaganda de várias organizações políticas e de um importante grupo de revistas e jornais, vindo a convergir na necessidade transitória de uma ditadura militar. A grande ameaça à sua consolidação institucional, quando a ditadura militar se transformou em ditadura civil sob a liderança política de António de Oliveira Salazar, veio, no interior do campo nacionalista, da proposta totalitária do Nacional-Sindicalismo de Francisco Rolão Preto, entre 1932 e 1934, mas, como afirmou Luís Cabral de Moncada, também seduzido em 1932 e 1933 com o movimento, este «não passou de um epifenómeno de superfície como o da fosforescência de certas vagas de mar [...], cuja única função consistiu apenas em aclamar, vitoriar e erguer em numerosas situações o braço direito e a mão na saudação fascista e nazi. Não foram guerreiros, foram actores [...]»<sup>35</sup>.

O ambiente da Guerra Civil de Espanha seria propício à definitiva consolidação política e militar do Estado Novo, e do seu chefe, que, na versão de um dos intelectuais orgânicos mais influentes do regime, estava envolto de um «messiânico prestígio» e incumbido de uma «missão providencial», transformando-o num «guia espiritual do Povo», num «grande Educador do nosso tempo»<sup>36</sup>. Os anos de 1936 a 1939 seriam propícios à dinâmica coreográfica nacionalista revolucionária, exercitada pela Organização Nacional Mocidade Portuguesa e pela Legião Portuguesa com desfiles e acampamentos, e à propagação ideológica sistemática do anticomunismo, através do opúsculo, do artigo de jornal, do discurso em comício ou do programa radiofónico «Cinco Minutos Anticomunistas» emitido, de início, diariamente, no Rádio Clube Português (dirigido por Jorge Botelho Moniz) e na Emissora Nacional (dirigida por Henrique Galvão).

O momento apoteótico da liturgia cívica nacionalista do Estado Novo será, no entanto, revelado pela grandiosa operação pública das Comemorações do Duplo Centenário de 1940, onde o regime autoritário se quis mostrar como «era do engrandecimento» nacional, investindo fortes recursos numa representação etnográfica, histórica, política e simbólica de Portugal, que as práticas desenvolvidas em torno das Grandes Exposições, do Congresso do

Mundo Português e dos Cortejos, em Lisboa, e do Parque Portugal dos Pequenitos, em Coimbra, ajudaram a construir e a divulgar. A Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros, publicada nos jornais de 27 de Março de 1938, sobre as directrizes para as Comemorações Centenárias, definia já a representação histórico-político essencial das práticas celebrativas a promover em 1940: «Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado [...]. As comemorações centenárias são acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva [...]»<sup>37</sup>.

Os inícios da década de 60 abriram nova hipótese para uma tentativa de reactualização do nacionalismo doutrinário oficial, muito condicionada então pelo desenvolvimento das guerras em África e pela progressiva desintegração ideológico-cultural do Estado Novo. O contexto histórico aparecia claramente desfavorável, mesmo junto de intelectuais orgânicos do regime, como foi o caso de Pedro Teotónio Pereira, que em 1967 afirmou: «O Nacionalismo não parece positivamente muito à moda nesta curiosa fase que o mundo vem atravessando de experiências super-nacionais e de ensaios colectivistas [...]. O conceito de nação não perdeu a sua actualidade nem se descobriu até agora alguma nova forma que lhe supere em realismo político [...]. Os povos têm naturalmente fases diferentes na sua devoção pelo património dos valores nacionais. Daí, o grau do seu *nacionalismo* [...]»<sup>38</sup>. Ora, o que se aproximava era precisamente o colapso do nacionalismo autoritário do Estado Novo e o alvorecer de um regime democrático moderno.

## Notas

<sup>1</sup> Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

<sup>2</sup> Sobre os símbolos nacionais, cf. João Medina, «A bandeira republicana: de pendão insurrecto a bandeira nacional», *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* ( direcção de João Medina), vol. X, tomo I, Alfragide, Ediclube, s.d. [1993; reed., 1998], pp. 143-178; Idem, «Que fazer do chamado "Hino Nacional". Estudo crítico sobre a letra de Henrique Lopes de Mendonça para o Hino Nacional português», *Clio*, nova série, vol. 4, Lisboa, 1999, pp. 117-141; António de Araújo, «A Nação e os seus símbolos. (Breves comentários ao artigo 11.º da Constituição)», *O Direito*, ano 133.º, n.º I, Lisboa, 2001, pp. 197-224.

<sup>3</sup> Basílio Teles, *As Ditaduras. O Regime Revolucionário* [1911]. Prefácio de Vital Moreira e estudo introdutório de Fernando Catroga, reedição, Coimbra, Atlântida, 1975, p. 15.

<sup>4</sup> Egas Moniz, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada-Sociedade Editora, 1919, p. 86. Para a análise histórica da República Nova, cf. Armando Barreiros Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, Braga, Universidade do Minho, 1997 (Dissertação de Doutoramento, policopiada).

<sup>5</sup> J. de Faria Machado, «O Messianismo», *Ilustração Católica*, Braga, ano V, n.º 260, 22 de Junho de 1918, p. 608.

<sup>6</sup> *Em Honra dos Soldados Desconhecidos. Discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa Dr. António José de Almeida na Sala e no Átrio do Palácio do Congresso, em 7 de Abril de 1921*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, pp. 20-21.

<sup>7</sup> João Medina, «Oh! a República!...». *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 9-78; Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, pp. 171-206; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, pp. 441-464; Ernesto Castro Leal, «Narrativas e Imaginários da 1.ª Grande Guerra. "O Soldado-Saudade" português nos "nevoeiros de morte"», *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 441-460.

<sup>8</sup> José Osório de Oliveira, «Caracteres ráficos. A Alma da Espanha. Misticismo e messianismo. Os seus crentes e os seus heróis», *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 2.º, n.º 411, 5 de Agosto de 1922, p. 3.

<sup>9</sup> João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

<sup>10</sup> João Medina, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

<sup>11</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, de 9 de Janeiro de 1924, p. 19.

<sup>12</sup> Cf. editorial «Desorientação», *Novidades*, Lisboa, ano III, n.º 438, 12 de Março de 1925, p. 1.

<sup>13</sup> João Ameal, «Os dois messianismos», *A Reconquista*, Lisboa, n.º 1, 15 de Janeiro de 1926, pp. 10-11.

<sup>14</sup> *A Vanguarda*, Lisboa, ano X, n.º 3175, 19 de Abril de 1922, p. 1.

<sup>15</sup> Para uma perspectiva crítica, cf. Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia, História, Engenharia Social*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997 (Dissertação de Doutoramento, policopiada).

<sup>16</sup> Jorge Borges de Macedo, «Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)», *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo I, Coimbra, 1983, pp. 471-531; Idem, «O Tempo do Cardeal Cerejeira. Quadro de uma acção apostólica e cultural», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo II, Lisboa, 1990, pp. 9-20; *História do Pensamento Filosófico Português* (Direcção de Pedro Calafate), vol. V, tomos 1-2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000.

<sup>17</sup> *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 29.ª série, n.º 4, Lisboa, 1911, p. 121. Para uma síntese de projectos de divulgação histórico-culturais, cf. Luís Reis Torgal, «Sob o signo da "reconstrução nacional"», in *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)* (Autores: Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 219-239.

<sup>18</sup> Jorge Borges de Macedo, «I-Histórias de um só Autor», *Da História ao Documento. Do Documento à História* [Catálogo de Exposição], Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, pp. VII-XLV.

<sup>19</sup> Paulo Archer de Carvalho, *Nação e nacionalismo. Mitemas do integralismo lusitano*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993 (Dissertação de Mestrado, policopiada); Norberto Ferreira da Cunha, «O Tradicionalismo Integralista», *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*, Lisboa, Edições Colibri/Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 375-399.

<sup>20</sup> António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, Cultura, Poder*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

<sup>21</sup> Biblioteca Nacional, Reservados, espólio Raul Proença, carta de António Sardinha a Raul Proença, datada de 24 de Janeiro de 1923.

<sup>22</sup> Biblioteca Nacional, Reservados, espólio Raul Proença, carta de Hipólito Raposo a Raul Proença, datada de 3 de Setembro de 1929.

<sup>23</sup> Gomes Canotilho, «partidos políticos» (vol. IX, pp. 30-35) e Marcelo Rebelo de Sousa, «democracia orgânica» (vol. VII, pp. 502-504), in *Dicionário de História de Portugal* (Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999-2000.

<sup>24</sup> *Obras Completas de Fernando Pessoa. Da República (1910-1935)*. Introdução e organização de Joel Serrão, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Paula Morão, Lisboa, Ática, 1979, pp. 363-364.

<sup>25</sup> João Maria Tello de Magalhães Colaço, *Da Vida Pública Portuguesa*, vol. I, *Algumas Ilusões – Alguns Votos*, vol. II, *Conservadores e Radicais*, Lisboa, Edição do Autor, 1925-1926.

<sup>26</sup> Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

<sup>27</sup> Hermínio Martins, «O colapso da I República» [1970], in *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 69-98; Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

<sup>28</sup> Artur Ribeiro Lopes, *Histoire de la République portugaise*, Paris, Les Oeuvres Françaises, 1939, p. 211.

<sup>29</sup> João B. Serra e Luís Salgado de Matos, «Intervenções militares na vida política», *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 1165-1195.

<sup>30</sup> Maurice Duverger, *Institutions politiques et droit constitutionnel*, 15.ª ed., vol. I, Paris, Presses Universitaires de France, 1978, p. 426.

<sup>31</sup> Basílio Teles, «O Exército e a Política», *O Jornal*, Lisboa, ano I, n.º 9, 9 de Agosto de 1919, p. 1. Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo», *Prelo*, n.º 15, Lisboa, 1987, pp. 19-33.

<sup>32</sup> Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1986.

<sup>33</sup> Para esta definição politológica, cf. Luís Salgado de Matos, *O conceito de «Estado de Ordens»*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999 (Provas Auxiliares, policopiadas, da Prova de Doutoramento).

<sup>34</sup> Juan J. Linz, «An authoritarian regime: Spain», *Cleavages, Ideologies and Party Systems. Contributions to comparative political sociology* (Organização de Erik Allardt and Yrjö Littunen), Helsinki, s.n., 1964, pp. 301-304.

<sup>35</sup> Luís Cabral Moncada, *Memórias. Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias). 1888-1974*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 182-183.

<sup>36</sup> Carneiro Pacheco, *O Retrato do Chefe*, Lisboa, Edição da União Nacional, 1935.

<sup>37</sup> Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 2.ª ed., vol. III (1938-1943), Coimbra, Coimbra Editora, Lda, 1959, pp. 41 e 57.

<sup>38</sup> Teotónio Pereira, *Nacionalismo Português*, s.n., Coimbra, s.d.[1967], pp. 3-4.